**Veículo:** Valor Econômico - SP
**Data:** 30/11/2012
**Editoria:** Opinião
**Página:** A 14



# Opinião

**Valor**

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

**Diretora de Redação:** Vera Brandimarte
**Conselho Editorial:** Alexandre Caldini Neto, Aluízio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Frias, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
**Diretor-presidente:** Alexandre Caldini Neto
**Conselho de Administração:** Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Marcello Henrique Monteiro de Moraes, Roberto Irineu Marinho

# Emperra o processo de formalização da economia

A redução da economia informal parece ter chegado ao limite. Essa é uma má notícia para a massa de 44,2 milhões de brasileiros que ainda trabalham na informalidade e também para o governo, que está vendo a arrecadação encolher nos últimos meses diante da desaceleração da economia e das desonerações tributárias concedidas para estimular a produção industrial e o crescimento.

Nem mesmo a crise internacional, a mais grave desde a Grande Depressão de 1929, interrompeu a diminuição da informalidade dentro da economia. Estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) mostra que o peso da economia informal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) vem caindo desde 2003, quando era de 21%, encolhendo paulatinamente mesmo durante a crise, o que significou grande processo de inclusão social e contribuiu para a explosão da nova classe média, com acesso ao crédito e ao consumo.

Nos últimos dois anos, porém, a economia informal manteve praticamente estável a participação no PIB, com 17% em 2011 e 16,9% neste ano — o que equivale a R$ 748,4 bilhões a preços correntes em atividades ilegais deliberadamente não declaradas para sonegação de impostos, mas também de empreendimentos que optaram pela informalidade por conta da tributação e da burocracia excessivas.

Os principais fatores que levaram ao aumento da formalização na economia brasileira foram o interesse pelo acesso ao crédito tanto das empresas quanto dos trabalhadores, a melhoria da escolaridade da mão de obra, a maior fiscalização e medidas de simplificação tributária, como o Simples, e das contribuições previdenciárias.

O reflexo mais benigno da redução da informalidade é no mercado de trabalho, onde o percentual de informais, assim considerados os que trabalham por conta própria ou sem carteira assinada, caiu de 55% da população ocupada em 2001 para 44% em 2011, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda assim, isso representa um percentual elevado e um contingente próximo de 44,2 milhões de pessoas que, entre outras coisas, ficam alijadas da rede de proteção social e do acesso às melhores condições de crédito.

As menores taxas de formalização do país estão no Norte e Nordeste, com 37% e 38% respectivamente, segundo a pesquisa. No Sudeste chega a 66,1%; no Sul, a 64,6%; e no Centro-Oeste, a 58,8%. O trabalho informal atinge mais as mulheres (45,2%) do que os homens (43,2%).

O aumento da escolaridade da população é fundamental na luta contra a informalidade. O aumento de 22 milhões de pessoas no número dos que se educaram entre 2001 e 2011 respondeu por 64% da queda da informalidade, disse ao **Valor** o economista do Ibre/FGV responsável pela pesquisa, Fernando de Holanda Barbosa Filho. O IBGE constatou que os trabalhadores formais estudaram mais que os informais, em média, 10,7 anos em comparação com 7,3 anos.

Mas também é preciso persistir na simplificação das regras tributárias e procedimentos de formalização para os empreendimentos que são um ônus pesado para as grandes companhias e chegam a ser fatais para as pequenas e médias empresas — sem falar na redução da carga tributária de aproximadamente 35% do PIB.

A formalização, assim como o nível de atividade, também contribuiu para a melhoria da arrecadação nos últimos anos, que começou a perder gás a partir da virada do segundo semestre. Outubro marcou o quinto mês consecutivo de queda na comparação anual da arrecadação de tributos federais, com uma redução real de 3,3% frente a igual mês de 2011. No ano, os contribuintes pagaram R$ 842,3 bilhões em tributos, 0,7% a mais em termos reais do que no mesmo período do ano anterior. O governo já não descarta fechar o ano com queda real na arrecadação. As desonerações contribuem para essa situação, além do enfraquecimento da economia. A informalidade tem seu peso. A situação é mais grave para a Previdência. Segundo o IBGE, cerca de 40% dos trabalhadores não contribuem para a previdência social.

Nem mesmo os países desenvolvidos conseguem reduzir a informalidade a zero, o que é impossível. Na média, convivem com um índice ao redor de 10%, o que mostra que ainda há um grande espaço para o Brasil trabalhar pelo aumento da formalização.